

DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: UM OLHAR PARA AS OPERAÇÕES REPRESSIVAS ATRAVÉS DO TERCEIRO VOLUME DO RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE¹

Marina Izidoro², Mariana Rangel Joffily³, Lorena de Freitas Pereira⁴ e Mateus Maçaneiro Pereira⁴

¹ Vinculado ao projeto “A REPRESSÃO EM CARNE E OSSO Formação, treinamento e trajetória profissional de agentes repressivos da ditadura militar brasileira (1961-1988)”

² Acadêmico (a) do Curso de História – FAED – Bolsista PIBIC/CNPq

³ Mariana Rangel Joffily, Departamento de História – FAED – mariana.joffily@udesc.br

⁴ Acadêmico do Curso de História – FAED.

A pesquisa que resultou no seguinte trabalho configurou-se a partir da busca por um entendimento aprofundado do funcionamento dos órgãos repressivos no período da Ditadura Civil-Militar brasileira. A principal fonte de escolha para observação foi o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, mais especificamente seu terceiro volume, segmento dedicado ao fichamento de mortos e desaparecidos políticos. Para dar solidez a pesquisa e torná-la mais completa se recorreu ao cruzamento de fontes com os relatórios finais das comissões estaduais da verdade dos estados do Amapá, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, nas quais foram realizadas pesquisas de palavras-chave, nomes de vítimas/nomes de operações.

Resultante de um processo de pouco mais de dois anos, o terceiro volume do Relatório da Comissão Nacional da Verdade é de grande importância para o trabalho dos historiadores. Por ser um documento centralizado nas vítimas acaba por dificultar a visualização das escalas estruturais de atuação repressiva, dessa forma, para melhor utilização das informações compiladas em forma de relatório, a metodologia empregada foi a de sistematização dos dados disponíveis no volume em tabelas, o que possibilitou um novo olhar sobre as informações ali contidas. Trata-se de um primeiro movimento para compreender a lógica por detrás das operações militares de perseguição à civis, organizados politicamente ou não, que resultaram em vítimas fatais durante a ditadura iniciada com o golpe de 1964. Compreendendo que o aparato repressivo era estruturante no regime, buscou-se aproximar-se do funcionamento dessas "engrenagens".

Com a base de informações já sistematizada, tornou-se possível observar com maior clareza o que o documento oferece como fonte para as perguntas que guiam a pesquisa, como: “Qual a lógica por detrás das operações de perseguição à oposição?” e “Existe algum padrão comportamental na atuação dos órgãos repressivos?”. Além disso, a tabela possibilitou maior precisão na contagem de frequência e distribuição de dados, que revelariam possíveis padrões, automatizada pelos programas de computador. Uma série de gráficos que compilam, por exemplo, as distribuições territoriais e temporais das operações resultantes de mortes ou desaparecimentos perpetradas por diferentes órgãos, foram resultantes desse trabalho, do qual foi possível concluir que: aconteceram em grande extensão do território brasileiro, muitas dessas operações foram realizadas por mais de um órgão e há uma clara aproximação do exército com as diferentes polícias.

Quanto a tabela produzida, acredita-se que será de uso muito profícuo a longo prazo, visto que é um suporte simples que permite tanto o olhar amplo sobre a ditadura quanto o particular, caso se busque dar maior enfoque nas questões voltadas para as vítimas. Podendo apoiar

diferentes pesquisas de diferentes formas, acredita-se que seja um material útil para atingir conhecimento mais aprofundado do aparato repressivo militar brasileiro nas décadas de 1960 a 1980.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Aparato repressivo. Comissão Nacional da Verdade.